

ID: 102188023

14-11-2022

PRIMEIRA LINHA A CONSTRUÇÃO E O PRR

MANUEL REIS CAMPOS PRESIDENTE DA CPCI

"O prazo mais crítico do PRR é o final de 2023"

Os alertas do Presidente da República sobre o ritmo de execução do Plano de Recuperação e Resiliência deixaram o presidente da Confederação da Construção e Imobiliário ainda mais preocupado.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem de ser executado até ao final de 2026, mas para Manuel Reis Campos o prazo mais crítico é já o final do próximo ano, quando todos os projetos têm de estar adjudicados e contratualizados.

Como presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), tem apelado a uma maior celeridade na execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Surpreendeu-o o aviso que o Presidente da República fez há cerca de uma semana ao Governo sobre o atraso na execução desses fundos europeus, que somam 16,6 mil milhões de euros?

Não vou falar do aspeto político, mas quando o Presidente da República fala disso é preocupante. É preocupante perceber que o Presidente está preocupado. Se há riscos evidentes de podermos não concretizar o PRR então que se mude o calendário e que seja prorrogado para além de 2026. É essencial concretizar todos os projetos do PRR, mas, mais do que a parte final, o prazo mais crítico é

o do início, o final de 2023. Até ao final de 2023, temos de ter tudo adjudicado e contratualizado. Depois é a construção. O mais complicado para cumprir é até final de 2023 e a última alteração ao Código dos Contratos Públicos é para obviar este problema.

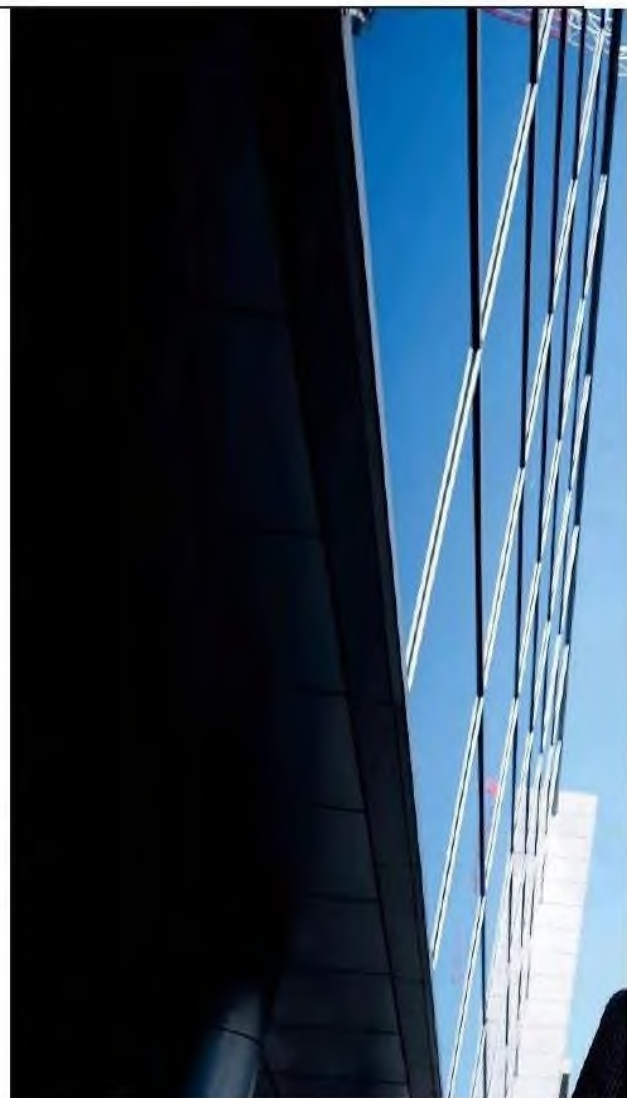
Onde é que estão os atrasos?

Nós, o setor da construção, temos capacidade. Podemos é deixar de a ter se não houver planeamento, calendarização e contratualização. O problema de ser mais ano ou menos ano não é por nós que se altera. Temos as coisas preparadas. Agora, o que precisamos é que esteja no terreno. Aqui quem são os atores? A Infraestruturas de Portugal (IP) e as câmaras. Nas câmaras, na parte da habitação, por exemplo, todos os dias nos dizem que há atrasos, mas as alterações ao código vêm agora, de alguma forma, facilitar. Mas

nas infraestruturas o problema é mais complicado porque são projetos muito grandes.

Em julho, dizia que as empresas nacionais corriam o risco de ficar fora das grandes obras...

É preciso assegurar o posicionamento competitivo das empresas nacionais, porque as construtoras portuguesas têm condições. O que temos de fazer é procurar que elas estabeleçam parcerias para envolver toda a fileira do setor e para ganharem dimensão e poderem ter esse posicionamento competitivo. Quando olhamos para o PRR de Itália, que são 160 mil milhões de euros, ou para os 80 mil milhões de Espanha, falamos de grande volume para as suas empresas, mas isso não me deixa descansado. Existem PRR a nível europeu que são substancialmente maiores do que o nos-



so, mas isso não impede que tenhamos mesmo de assegurar esse posicionamento competitivo.

Que trabalho já está feito?

Não temos esse acesso para dizer o que está contratualizado. Acho que há um trabalho feito, mas na prática, por aquilo que nos dizem, ainda falta concretizar muito. E até 2023 tem de ser mesmo adjudicado e estar contratualizado e tivemos um ano de 2022 que em termos de investimento público está longe do que estava previsto.

Como vai terminar 2022?

Em termos de investimento privado vamos construir mais imobiliário, designadamente casas, e haverá crescimento de 3,2%, talvez um pouco mais do que 30 mil habitações. No entanto, nas obras pú-

blicas, quer em termos dos concursos promovidos quer de contratos celebrados, é tudo muito mais baixo do que o previsto. Tínhamos previsto que a produção global do setor crescesse 5,5% este ano. Ainda temos essa perspetiva, mas é à custa do investimento privado.

Para o segmento da engenharia civil, a previsão para 2022 era de um crescimento da produção de 7,5%. Já a reviu?

Claro. No investimento privado, os valores são superiores ao que estava previsto, ainda por cima porque, entretanto, os orçamentos e os valores das obras tiveram um crescimento muito grande. Em termos de habitação, no ano passado, construímos 28 mil habitações e este ano iremos ultrapassar

"É preocupante perceber que o Presidente da República está preocupado."

"Até ao final de 2023 temos de ter todos os projetos adjudicados e contratualizados."



Miguel Baltazar

PT 2020 ainda tem quase 6 mil milhões de euros por executar

Numa altura em que o Presidente da República, o governador do Banco de Portugal e a presidente do Conselho das Finanças Públicas se mostram preocupados com o ritmo de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que tem 2026 como data-limite, o líder da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) aproveita para lembrar que em setembro o país tinha ainda 5,9 mil milhões de euros do Portugal 2020 por executar.

A pouco mais de um ano de terminar o atual quadro comunitário de apoio, Manuel Reis Campos adianta que até ao final de setembro último foram colocados a concurso, no âmbito do Portugal 2020, 32,7 mil milhões de euros (121% dos fundos programados) e aprovados 30,9 mil milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 115%.

“O valor total acumulado executado atingiu os 21 mil milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 78% da dotação total do Portugal 2020, estando por executar 22% dos fundos programados. Ou seja, falta executar cerca de 5,9 mil milhões de euros até 2023”, afirma ao Negócios o responsável, frisando que o final

do próximo ano é a data-limite para aqueles investimentos estarem concretizados.

A dotação orçamental inicial do PT 2020 era de 25,8 mil milhões de euros, tendo sido reforçada para 26,9 mil milhões de euros. Desde a abertura do primeiro concurso do Portugal 2020, a 12 de novembro de 2014, até ao final de setembro de 2022, foram abertos 4.631 avisos ou períodos de fundos comunitários a concurso, tendo sido submetidas 590 mil candidaturas e aprovados 474 mil projetos, que correspondem a operações de investimento elegível total de 47,6 mil milhões de euros, recorda a CPCI.

Tendo o PT 2020 neste momento uma taxa de execução global de 78%, essa percentagem varia entre os diferentes programas operacionais, atingindo os 91% no PO Capital Humano, mas não ia além dos 68% no PO Algarve na mesma data.

No final do terceiro trimestre, o Compete 2020 era o que tinha a taxa de compromisso mais elevada, chegando aos 140%, apesar de o nível de execução estar ainda nos 87%. Pelo contrário, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) apresentava uma taxa de compromisso de 106% e a sua execução, face à dotação total, estava ainda nos 71%.

No início deste mês, a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, garantiu no Parlamento que Portugal irá executar a 100% o atual quadro comunitário de apoio, mas o atraso em projetos como os da expansão do Metro do Porto, em que a construção da linha Rosa e o prolongamento da Amarela obtiveram financiamento do POSEUR, foram agora alvo de crítica do presidente da Câmara do Porto. ■ MJB

as 30 mil. Em relação a outros tipos de imobiliário que não habitação, também cresceu, mas nas obras públicas o valor das empreitadas lançadas a concurso até ao final do terceiro trimestre recuou 15,9% em termos homólo-

gos e os contratos celebrados e registados no Portal Base caíram 36,5%. Primeiro foram as eleições, depois foi o Orçamento do Estado para 2022, que só foi aprovado em meados do ano e ainda houve atraso. Depois, com

o aumento dos preços, os construtores também tiveram grande dificuldade em orçamentar e alguns concursos até ficaram desertos. O que é certo é que o investimento público desceu. O setor tem condições para cumprir o PRR, mas o problema da capacitação das empresas para esse plano é um falso problema.

Em julho, pedia que se recuperasse o tempo perdido na segunda metade do ano, mas não aconteceu nada?

Não aconteceu. E para mim é mais uma preocupação pelo facto de o Presidente da República estar agora a levantar a questão de que há riscos de podermos não concretizar o PRR, o que seria extremamente penalizador. Temos de evitar isso. ■

“O PRR de Itália é de 160 mil milhões e o de Espanha de 80 mil milhões. Mas isso não me deixa descansado.”

“Nós, construtoras, temos as coisas preparadas.”

O valor total acumulado executado do PT 2020 atinge 21 mil milhões de euros.

ID: 102188023

14-11-2022

MANUEL REIS CAMPOS PRESIDENTE DA CPCI

“Há constrangimentos à revisão de preços e o Governo tem de intervir”

O presidente da Confederação da Construção diz que o regime aprovado em maio para fazer face à escalada dos preços de materiais e mão de obra não está a cumprir os objetivos que presidiram à sua criação.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

Manuel Reis Campos diz que há constrangimentos que estão a ser criados pelas entidades públicas no acesso das construtoras ao regime extraordinário de revisão de preços. O tempo de resposta, os obstáculos levantados e a falta de uniformidade são problemas que já deu a conhecer ao Governo.

O regime de revisão extraordinária de preços nos contratos públicos, que o Governo aprovou em maio devido ao aumento abrupto nos custos de materiais, mão de obra ou equipamentos, já está a funcionar melhor, na ótica das construtoras?

O regime é bom, foi rapidamente implementado pelo Governo, mas há constrangimentos que são sentidos pelas empresas e que estão a impedir que sejam alcançados os objetivos que presidiram à sua criação. Isto é, para uma resposta ao aumento excecional dos custos das matérias-primas, materiais, mão de obra e equipamentos era fundamental que não sucedesse o que está a suceder: as entidades públicas demoram tempo a mais e criam obstáculos – não sei se intencionalmente ou não. Certo é que há objetivos que presidiram à criação do regime e o Estado – quer a administração central quer a administração local – devia ser célere na apreciação dos pedidos e na sua decisão. Mas por parte das autarquias e da Infraestruturas de Portugal há constrangimentos que são sentidos.



Miguel Baltazar

“As entidades públicas demoram tempo a mais na aprovação e criam obstáculos – não sei se intencionalmente ou não.”

“Era preciso que pedidos fossem decididos com celeridade.”

O que fez já o setor para ver esses problemas resolvidos?

Já demos a conhecer esses constrangimentos e esperamos uma intervenção do Governo. O Ministério das Infraestruturas foi rápido na criação deste regime e o Conselho de Ministros na aprovação mas, na prática, não há uma aplicação uniforme, há algum compasso de espera e obstáculos. Estas arestas deviam ser limadas.

O regime já foi estendido até junho de 2023. A CPCI tem dados concretos de quantas empresas já conseguiram recorrer a este mecanismo?

Os processos da revisão devem ser milhentos, porque cada empresa tem vários. Sabemos que as empresas recorreram a este regime porque o objetivo era esse mesmo. Precisávamos era que os pedidos fossem decididos com celeridade.

O Governo criou agora, num diploma com alterações à contratação pública, um novo regime de conceção-construção. Como foi recebido no setor?

O diploma inicial permitia às entidades adjudicantes recorrer de forma livre, generalizada e sem necessidade de fundamentação a esse regime de conceção-construção.

“Construtoras portuguesas vão ter de fazer parcerias para a alta velocidade”

“Sempre tivemos reservas em relação ao regime de conceção-construção.”

“O diploma inicial não estava bem, mas houve ajustamento às nossas pretensões.”

ção; previa ainda que esse regime fosse integrado no Código dos Contratos Públicos (CCP), sem ter carácter transitório; e que tinham de ser submetidos três diferentes estudos prévios. Nós defendemos que o alargamento da possibilidade de recurso às empreitadas de conceção-construção não deve ser feito sem manter o carácter excecional desta figura, admitindo-se eventualmente a sua aplicação em procedimentos de formação de contratos de empreitada de programas de habitação no âmbito da concretização do PRR. E com a salvaguarda de alguns aspetos, como o carácter transitório do regime e a obrigatoriedade de a entidade adjudicante apresentar, além do programa preliminar, o programa base, o estudo prévio e o projeto-base, sendo que ao adjudicatário apenas competia a elaboração do projeto de execução.

No diploma final foram acolhidas essas posições do setor? Mantém-se o regime geral de conceção-construção previsto com carácter excecional, devidamente fundamentado, a criação do regi-

me especial de conceção-construção está integrado no regime de medidas excecionais de contratação pública para a execução de projetos financiados por fundos europeus e no âmbito do PPR e em áreas de prioridade política, por exemplo, a habitação. Agora, o recurso a este regime de conceção-construção é transitório, está indexado ao limite temporal de vigência dessas medidas, até 31 de dezembro de 2026. E foi eliminada a obrigatoriedade de submeter três estudos prévios.

Que vantagens terão estas novas regras?

Se é entendível por parte do Governo que é uma necessidade para concretizar o PRR, é positivo. Sempre tivemos alguma reserva em relação à conceção-construção porque entendemos que só devia ser em casos excecionais. Mas também compreendemos que, por exemplo, na habitação são 1.583 milhões de euros, e é necessário algum regime transitório. Inicialmente, o diploma não estava muito bem, mas agora há um ajustamento às nossas pretensões. ■

O projeto para a alta velocidade de Lisboa-Porto, previsto no PNI 2030, vai ser lançado a concurso em lotes grandes, o que pode dificultar o acesso das construtoras nacionais a essas obras. No entanto, o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário acredita que, se houver planeamento e calendarização atempada, as construtoras nacionais terão tempo de estabelecer parcerias.

Tem reclamado que as grandes obras sejam lançadas em vários lotes mais pequenos de forma a poderem estar ao alcance das construtoras nacionais. Mas isso não vai acontecer, segundo o que foi apresentado em setembro, no caso do projeto para a alta velocidade Porto-Lisboa, previsto no Plano Nacional de Investimentos (PNI) para 2030...

Em 2023, está previsto o lançamento dos concursos para dois lotes – Porto/Oiã e Oiã/Soure –, que serão mais ou menos 1.500 milhões de euros para cada um. E depois temos o terceiro lote – para a ligação Soure/Carregado – que só deverá ser lançado em 2024. Há aqui ainda problemas quanto aos modelos de financiamento. Mas estamos a falar de três lotes grandes.

As empresas portuguesas vão conseguir disputar obras dessa dimensão?

Com a incerteza que existe neste momento, as empresas portuguesas não vão aumentar a sua capacidade fixa para isso. O que a maior parte das empresas está a fazer é manter a sua



Miguel Baltazar

dimensão. Agora, fruto de lançarem este projeto em lotes grandes, há uma preocupação com a possibilidade de as obras serem entregues a empresas estrangeiras. Mas se houver um planeamento e uma calendarização do projeto que seja atempada, as empresas portuguesas têm tempo para estabelecer parcerias. As empresas vão ter de fazer parcerias, vão aumentar a sua capacidade, mas é preciso terem tempo para conseguirem fazer isso.

A solução para conseguirem ganhar essas obras

passa por essas parcerias?

O recurso a parcerias é uma solução, mas é importante que essas empresas tenham tempo para estabelecer parcerias. Isso é o que é importante para nós, porque, caso contrário, se isto for feito sem tempo, corremos o risco de as empresas nacionais ficarem de fora das grandes obras. É preciso aqui realmente assegurar o posicionamento competitivo das nossas empresas, porque esse é também um dos objetivos do Plano de Recuperação e Resiliência, não só do nosso, mas de todos os países. ■

“Por parte das autarquias e da IP há constrangimentos que são sentidos pelas empresas.”

“Já demos a conhecer esses constrangimentos e esperamos uma intervenção do Governo.”

negócios

negócios.pt

Segunda-feira, 14 de novembro de 2022 | Diário | Ano XVIII | N.º 4868 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



Compra do Twitter foi passo em falso para Elon Musk?

MERCADOS 20 e 21

Voos da Qatar Airways só regressam após março

Companhia está em conversações com a ANA para repor ligações, mas falha oferta para o Mundial de futebol. Falta de "slots" atrasa processo.

EMPRESAS 18

ENTREVISTA
MANUEL REIS CAMPOS

"O prazo mais crítico do PRR é o final de 2023"

Líder da Confederação da Construção diz que há "constrangimentos à revisão de preços" dos contratos públicos.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

CRISE NA ZONA EURO DEVERÁ SER CURTA, ANTECIPA BRUXELAS

ECONOMIA 10 e 11

ARMINDO MONTEIRO
VICE-PRESIDENTE DA CIP

"Diplomacia tem de ser económica ou não serve"



Há falhas na forma como o Governo articula o apoio às empresas nacionais que se querem internacionalizar, aponta o responsável.

EMPRESAS 14 a 16

Estudo conclui que regulador da energia é o "mais politizado"

ECONOMIA 12

Cripto: PS isenta NFT do pagamento de impostos

ECONOMIA 8 e 9

BA&N
Communications Consultancy

Communications consultancy designed to deliver results.

www.ban.pt

investidor privado

Prestação da casa pesa? Saiba que cálculos fazer

idealista

A app imobiliária líder em Portugal